

Acordo externo sob o aval de senadores

O prestígio do Governo no Senado será testado esta semana com a votação do projeto do senador Severo Gomes (PMDB-SP), que estabelece a necessidade de aprovação, pelo Congresso Nacional, dos últimos acordos financeiros internacionais.

O projeto, que tem o apoio de vários líderes, caracterizando a existência de um bloco independente, só não foi aprovada na última quinta-feira porque apareceu em plenário o governista João Menezes (PFL-PA), que solicitou verificação de quorum.

CERCO

Com o término da Constituinte, o Senado recomeçará seu funcionamento normal amanhã. Estão na Ordem do Dia pedidos de empréstimos de Municípios e Estados, inclusive o de 57 milhões de OTNs para o governo da Bahia, encaminhado para impedir a obstrução anunciada pelo senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA).

Na quarta-feira o Senado deverá votar a mensagem do presidente da República indicando o deputado Homero Santos (PFL-MG), 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, para ministro do Tribunal de Contas da União. Homero ocupará o lugar vago com a desistência do ex-deputado Aécio Cunha, que se irritou com declarações atribuídas ao presidente da República pelo governador Newton Cardoso, de Minas Gerais.

Há no Senado a expectativa de que o Presidente remeta de imediato mensagem indicando outro minis-

tro para o TCU, em vaga aberta com o falecimento do ministro Jorge Vargas na quinta-feira, à noite. E que se não o fizer logo a escolha do novo ministro caberá ao Congresso, de acordo com a futura Constituição. Alguns senadores entendem que, não sendo aprovada nenhuma das indicações até o próximo dia 5, quando entrará em vigor a nova Constituição, o Presidente perderá o direito de escolha.

CONFRONTO

A primeira grande batalha entre governistas e antigovernistas no Senado será, porém, em torno do projeto de resolução do senador Severo Gomes, segundo o qual todos os atos internacionais celebrados pelo presidente da República ou por ministros de Estado que não tenham sido aprovados pelo Congresso Nacional até o próximo dia seis, terão sua vigência suspensa. Alega Severo que a Constituição em vigor garante esse poder ao Congresso e que a próxima o estabelece de forma explícita.

A principal surpresa dos governistas do Senado é que o projeto de resolução de Severo, apesar do seu aspecto polêmico, obteve o apoio de vários líderes partidários, inclusive os que não são hostis ao Governo. Um deles, o senador Jarcas Passarinho (PA), chega a admitir os acordos assinados pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nobrega, mas concorda em que sejam examinados pelo Congresso Nacional antes de sua vigência.